

Educação Social e relações com especificidades socioeducativas

EVELCY MONTEIRO MACHADO¹

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a Educação Social e suas relações com especificidades socioeducativas como a educação sociocomunitária e a educação não-formal. Parte-se da discussão sobre contradições nas políticas sociais que se desenvolvem no contexto neoliberal e na globalização e se destaca o significado e a importância da participação do educador social/ pedagogo social comprometido com uma concepção de educação social que vise inserção e transformação social e que se aproprie dessa concepção como alternativa para implementar projetos de Educação Social. Para tanto foi necessário retomar a discussão da Educação Social como área socioeducativa que incorpora práticas, profissão, formação e profissionalização do educador e do pedagogo social e que se fundamenta na Pedagogia Social como campo teórico, de pesquisa e disciplina. Ressalta-se, na sequência, o momento e a visibilidade política da área com a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 5346/2009, que regulamenta a profissão do Educador Social. Para concluir-se destaca o grande desafio à Educação Social para assumir um papel integrador das diferentes especificidades socioeducativas construídas e consolidadas no país. A regulamentação da profissão do Educador Social pode se tornar o elo para o conhecimento, diálogo, aproximação e valorização do percurso histórico e de referências de significativas expressões do trabalho sócio educativo entre as quais a educação popular, a educação de adultos, a educação não-formal, a educação comunitária, a educação sociocomunitária e a educação do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Social; participação; Pedagogia Social; especificidades socioeducativas

ABSTRACT

This paper presents reflections on Social Education and its relations with socio-educational specificities, such as socio-community education and non-formal education. It is developed from the discussion about contradictions in the social policies developed in the globalization and neoliberal context, and emphasizes the meaning and importance of the participation of the social educator/social pedagogue committed to a conception of social education that aims at social change and insertion and that makes use of such conception as an alternative to implement socio-educational projects. To this end, it was necessary to proceed with the discussion on Social Education as a socio-educational area that incorporates practices, profession, formation and professionalization of the social pedagogue and educator and that is based on Social Pedagogy as a theoretical field of research and discipline. Then, we emphasize the moment and political visibility of the area with the proceeding in the National Congress of the bill 5346/2009, which regulates the profession of Social Educator. In conclusion, it is emphasized the great challenge to Social Education to assume an integrative role of the different socio-educational specificities built and consolidated in the country. The regulation of the profession of Social Educator may become the link to the knowledge, dialogue, approach and valorization of the historical background and references of significant expressions of the social-educational work, which includes popular education, adult education, non-formal education, community education, socio-community education and field education.

KEYWORDS: Social Education; participation; Social Pedagogy, socio-educational specificities.

¹ Doutora em Filosofia e Ciências da Educação, Professora do PPGE – UFPR. evelcymm@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste momento em que tramita, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que regulamenta a profissão do Educador Social, o PL5346/2009, questões referentes à Educação Social são retomadas e discutidas em profundidade para subsidiar política e cientificamente um debate público que é político, é social, é educativo, é cultural e tem uma forte conotação ideológica. Reconhecemos que a ação social com características educativas é um campo prático consolidado no Brasil. Por ser originária da prática a área se diversifica em projetos e processos de atendimento, em concepções e interesse, em metodologias. Encontramos registros eventuais de ações socioeducativas desde o início da história do país, mas, é no século XX que parte dessas ações se transformam e assumem uma intencionalidade política de transformação social. A Educação Popular é a expressão inicial dessa nova concepção que visa inserir na sociedade vigente à época sujeitos adultos proveniente na sua maioria da área rural, com alto grau de analfabetismo ou de precária escolarização. Com o êxodo rural, com as transformações na sociedade, surgem novas demandas e os movimentos populares se multiplicam, se reconstroem em manifestações urbanas de educação comunitária, sociocomunitária ou em ações educativas complementares e paralelas à escola consideradas como educação não-formal.

Gradativamente vão surgindo e se consolidando novos grupos de atendimentos, de pesquisa e de políticas socioeducativas relacionados a demandas por educação no campo, educação no trânsito, educação do idoso, educação hospitalar, educação para a paz, educação para o trânsito, educação e saúde, educação de meninos de rua, educação em abrigos além de outros em geral relacionados a carências, a conflito, à marginalidade social, a abandono e à exclusão. Uma nova e atual demanda está na escola que abre espaço para ações socioeducativas. Ainda não atingimos um nível de ações e de políticas socioeducacionais que nos permita enfatizar igualmente as ações socioeducativas que se destinem a projetos culturais, ao lazer e às horas livres, que são igualmente importantes para o desenvolvimento de uma sociedade e para melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Visando aproximar as discussões sobre a Educação Social e suas relações com especificidades socioeducativas como a educação sociocomunitária e a educação não-formal, nestas reflexões destaca-se inicialmente a importância da participação do educador social/ pedagogo social comprometido com uma concepção de Educação Social para atuar no campo socioeducativo em tempos de globalização, a seguir retoma-se a discussão da abrangência da Educação Social complementado com aportes sobre o Projeto de Lei 5346/2009, que regulamenta a profissão do Educador Social, em tramitação no Congresso Nacional. Para concluir se destaca o grande desafio à Educação Social para assumir um papel integrador das diferentes especificidades socioeducativas construídas e consolidadas no país.

EDUCAÇÃO SOCIAL: POLÍTICAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO

A Educação Social pressupõe participação. É na trama da participação que a Educação Social se estabelece como socialização, inserção ou coesão. É importante lembrar que participar, que vem do Latim, significa fazer saber, informar, anunciar, comunicar; significa também ter ou tomar parte, associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento, ter traço(s) em comum, pontos de contato, analogia(s), segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986, p. 1274). Esse significado que inclui e estabelece vínculos entre o ato e quem o realiza exige voltar o olhar sobre a intencionalidade subjetiva presente na relação entre Educação Social e participação e torná-la explícita. Por depender de uma concepção de sociedade podem ser contraditórias as abordagens de participação como direito e participação como política social.

Estamos vivendo em um período de hegemonia do pensamento neoliberal e sobre pressão da globalização, com a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo informacional. Conceitos básicos como o de cidadania e de direitos sociais dos cidadãos, que foram tecidos pelos diferentes segmentos sociais e por conquistas de lutas das classes populares, sofrem, por parte do poder econômico, pressões por mudança. Perdem a expressão de identidade relacionada

a sujeitos e a grupos ao serem focalizados como conceitos universais, desvinculados do contexto em que foram produzidos. Entendidos e diagnosticados como demandas gerais da sociedade, os direitos humanos são analisados e tratados mais como prioridade econômica do que social. Isso possibilita uma centralidade de controle social fora dos limites territoriais, já que o capital internacional que direciona o atendimento por meio de políticas focalizadas não prioriza as importantes políticas sociais construídas nas contradições das sociedades locais. A ação de agentes externos e observatórios sociais financiados por organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial,

“

Com o êxodo rural, com as transformações na sociedade, surgem novas demandas e os movimentos populares se multiplicam, se reconstroem em manifestações urbanas de educação comunitária, sociocomunitária ou em ações educativas complementares e paralelas à escola consideradas como educação não-formal.

”

que pesquisam e estabelecem as macro necessidades e orientam um novo ordenamento social representam ameaça de retrocesso a práticas de uma sociedade presente no século XX em diferentes países ocidentais, com características de sociedade higienista, aponta Nunez (2009, p. 246 -250).

Em decorrência, com o neoliberalismo as políticas sociais resultam mais de compromisso e metas firmados em grandes acordos internacionais

do que de respostas a múltiplas prioridades e demandas sociais internas. São estabelecidas metas de mudanças sociais diferenciadas por países agrupados ou separados em blocos ou por regiões (países mais populosos do mundo, América Latina e Caribe, Países Africanos, bloco europeu ...). Sob esse olhar focalizado são atendidos problemas de grande impacto, como o analfabetismo, sem necessariamente se atingir as causas determinantes de desigualdades e exclusões sociais.

Sob essa orientação globalizada, em relação às políticas sociais, o exercício autoritário do poder se apresenta dissimulado e ao se tornar invisível para a maioria da população, encontra o respaldo da sociedade. São estabelecidos programas de compromisso social, de participação solidária, bolsas e auxílios sociais sem garantir a presença de ações socioeducativas que revelem a intencionalidade de transformações. A ênfase centrada na prevenção, sem ações educativas complementares, propícia que se rotule, segregue e discrimine grupos, mantendo segmentos sociais à margem do acesso aos bens culturais e sociais por serem considerados população de risco.

Tal prevenção possibilita controle social e não a transformação proclamada por uma Educação Social que insere pela participação comprometida com direitos e deveres cidadãos. A presença e participação de Educadores Sociais, com uma consistente formação socioeducativa, capacitados teoricamente, com uma visão crítica de sociedade possibilita desenvolvimento de projetos e práticas mediadoras de projetos higienistas, segregadores e discriminatórios e a superação de ações reprodutoras de desigualdades e de uma lógica excludente.

Apesar desse cenário, a Constituição de 1988, elaborada com intensa participação de grupos sociais oferece perspectiva para avanços e construção de políticas sociais de cunho educativo. Entretanto a área de Educação Social, com projetos de Estado, com objetivo de transformar a realidade para grupos sociais excluídos e de propiciar acesso à cultura e a uma consistente base de conhecimentos é pouco expressiva. A própria escola, referência da área de educação, ao ser universalizada além dos problemas

de financiamentos, de formação docente, da qualidade do ensino ofertado, de evasão e repetência, evidencia tensões, conflitos e necessidades de atendimento que extrapolam as práticas pedagógicas tradicionais. Ela solicita um olhar socioeducativo para sua realidade e aguarda políticas nessa direção para que possa exigir a presença de profissionais com formação especializada.

As alternativas para o enfrentamento desse modelo de política social de resultados passam pela consolidação política da área de Educação Social que propicie formação de Educadores Sociais com compromisso de uma efetiva participação socioeducativa.

Nunez(2009) discute o significado da participação nas ações sociais e insere um sentido de participação que vise romper com processos de exclusão. Denomina essa participação de “antidestino” por visar uma ruptura do contexto ao disseminar o social e o cultural a todos os espaços. Para isso, destaca a importância da educação social e suas práticas ocuparem os diferentes espaços onde a exclusão se manifeste, ocupar com ações sociais esses espaços, ações sociais que sejam ao mesmo tempo ações educativas.

As articulações entre educação social e o processo de participação, segundo Nunez (2009, p.250-252) parte da conquista da autonomia do sujeito para se atingir a inclusão. Assim ordena:

- Educação social como participação para *autonomia* dos sujeitos, para liberdade de escolha de caminhos e trajetórias, que promove os referenciais necessários para a circulação social, para as relações com o outro e com confiança para realizar essa trajetória.
- Educação social que propicie a apropriação da herança cultural construída e consolidada pela humanidade. É esse domínio cultural que dá acesso à participação como *sujeito de direitos e deveres*. Pertencer ao social e ao cultural dá acesso aos benefícios a que todos os seres humanos têm direito.
- Educação social que permite a participação com apropriação de direitos e deveres estabelece as bases para a *cidadania* plena,

onde se estabelecem relações da ética com a política.

- Educação social que possibilite participar no processo de apropriação cultural pela transformação do sujeito de excluído à incluído social, é o estágio mais complexo da participação que Nunez denomina de *inclusão partícipe*.

A participação comprometida com a inclusão social é uma dimensão do processo da Educação Social que por ser político não se limita a práticas.

EDUCAÇÃO SOCIAL: UMA ÁREA COM MÚLTIPLAS RELAÇÕES

O conceito de Educação Social se transforma e incorpora as novas relações que se estabelecem entre a sociedade e as demandas por educação. No final do século XX, Trilla (1996, p.41) apresentou um conceito com três concepções de educação social em que cada uma delas isoladamente, naquele momento, incorporava toda a abrangência da área: educação social como a educação que tem por objetivo desenvolver a sociabilidade dos indivíduos; que tem como destinatários prioritários indivíduos ou grupos em situação de conflito social e, que se desenvolve em lugar ou em contextos por meio da educação não formal, semelhante à educação em contextos educativos não escolares. O próprio Trilla (2003, p.15-29) reconhece que os atributos isolados já não contemplam todo o universo da área e que o conceito de Educação Social inclui pelo menos dois dos atributos acima, em geral os três.

Atualmente está sendo revista a Educação Social definida pela negação à ação formal, pela exclusão a educação estruturada e desenvolvida na escola, expressa na maioria dos estudos que incluíam conceitos de Educação Social e Pedagogia Social. Ortega (2005,168) entra no debate e destaca que há uma contradição semântica na expressão não formal afirmando que : “Si algo es educación, es formal; si es no formal o es informal, no es educación”. Nessa compreensão defende que a educação social, a educação contínua, a educação escolar realizada ao longo da vida são educações formais.

Entender o sentido dinâmico e provisório do conceito de Educação Social que continuamente incorpora novas realidades sociais, nos parece uma opção mediadora expressa Parcerisa (2008, p.17) ao apresentar a definição de Giné (2007,68) para Educação Social:

um proceso de desarrollo integral y promotor de la personas, mediado por la función pedagógica intencional y posibilitadora, desarrollada por profesionales, y presente en múltiples ámbitos con la finalidad de procurar, favorecer y potenciar la adquisición de bienes culturales, que amplíen las perspectivas educativas, laborales, de ocio y participación social, y posibiliten la incorporación activa a un contexto social y cultural concreto.

Fazer um recorte para entender a área de abrangência da Educação Social e suas múltiplas relações é uma tarefa complexa. Segundo Saez e J. Molina (2006, p.92-99) as referências à expressão Educação Social em geral remetem a três diferentes compreensões:

- A primeira referência, que está presente nos textos especializados é a da educação social como uma 'prática educativa e social'. Na história da construção da área se faz referência às práticas educativas e intervenções desenvolvidas no âmbito do Estado e da comunidade em aspectos relacionados à pobreza, à marginalização, ao abandono, com uma abordagem social, independente de uma identidade profissional
- A segunda referência é a da educação social como "profissão". Essa é uma compreensão que está presente na atualidade e que busca legitimar funções e competências de educadores sociais em sua atuação em diferentes espaços de trabalho. É um significado construído a partir da prática. A constituição dos movimentos associativos assume um papel determinante na construção do conceito e da abrangência da profissão do educador social. Tem um significado político, ideológico e cultural resultante da correlação de forças que se estabelece entre diferentes setores da

sociedade e o Estado.

- A terceira referência é a da educação social como uma titulação de nível técnico ou universitário' um condição necessária para a consolidação da profissão do educador social que gradativa se insere em diferentes países. Trata-se da educação social expressa em programas de formação.

Sujeitos provenientes de diferentes áreas e níveis de formação participam do trabalho educativo social. Um dos desafios da área é estabelecer diálogos e vínculos entre esses trabalhadores voluntários ou profissionais de diferentes formações e inserí-los em um projeto organizado sob uma concepção de educação social comprometido com princípios éticos e valores de justiça social.

A área pelo seu contínuo processo de transformação exige pesquisa e adequação permanente. Em um momento anterior, muito próximo, se discutia a educação social e a pedagogia social enfatizando situações fora da escola. Atualmente se percebe que dicotomias entre educação escolar e não escolar, educação formal e não formal não são suficientes para dar respostas às demandas sociais. Educação é um campo maior que a escola (apesar da incontestável relevância desta); as necessidades sócio-educativas estão na escola, na família e na sociedade e podem ser atendidas em projetos e ações contínuas ou eventuais onde interagem profissionais de diferentes áreas.

A função mediadora da Educação Social propicia uma articulação com a escola e a construção de uma Pedagogia Social Escolar. Exigências de um trabalho educativo e multidisciplinar na escola podem refletir necessidades de atender a conflitos sociais internos, a comportamentos antissociais, a processos de integração, família escola e comunidade ou ainda pode significar o rompimento do espaço escolar restrito com a abertura da escola a toda a comunidade, com a oferta de múltiplas de atividades educativas estendidas ao longo da vida, em trabalhos educativos sociocomunitários realizados no ambiente e espaço escolar (CABALLO; GRADAILLE, 2008).

As contribuições do campo teórico e da prática proveniente das áreas destes outros profissionais

ampliam possibilidades de adequação às necessidades contemporâneas, isto significa que educação social é uma área de interação e de trabalho em equipes multidisciplinares.

Antes de se constituir como teoria, disciplina, formação, profissão ou profissionalização a Educação Social e a Pedagogia Social se expandiram como práticas com intencionalidade política e ideológica ou não, sob diferentes denominações. O processo de

“ Educação é um campo maior que a escola (apesar da incontestável relevância desta); as necessidades sócio-educativas estão na escola, na família e na sociedade e podem ser atendidas em projetos e ações contínuas ou eventuais onde interagem profissionais de diferentes áreas. ”

articulação da área é complexo. Impõe a necessidade de discutir e aproximar especificidades com concepções diversificadas muitas das quais embasadas em princípios antagônicos.

Apesar de que a Educação Social seja reconhecida como profissão em diversos países, como Espanha, Uruguai, Alemanha, no cenário geral a abrangência da profissão é diversificada e está em processo de transformação buscando uma adequação às novas demandas (MACHADO, 2011).

No Brasil os avanços da Educação Social como profissão estão ocorrendo tanto no âmbito teórico e prático como no político. Este percurso, semelhante ao que ocorreu em muitos países tem aglutinado grupos com tradições diferenciadas de estudos, de trabalho, de pesquisas, de práticas identificadas com um projeto comprometido com possibilidades de transformações

sociais com a contribuição de ações educativas.

Especialmente, as demandas sociais estão representando força de pressão para que se delineie uma formação dos sujeitos que ocupam funções ainda sem plena definição. No pólo prático o setor público se antecipou à normatização da profissão e já oferece postos de trabalho, via concursos públicos para educadores e pedagogos sociais.

Tal situação que expõe contradições evidencia a urgência de decisões políticas nessa área. Existe demanda por um profissional com competências e funções ainda não plenamente explicitadas para desenvolver ações sociopedagógicas.

A indefinição profissional permite a precarização do trabalho de educadores e pedagogos sociais antes mesmo do reconhecimento da profissão. Paralelamente às necessidades socioeducativas, os trabalhadores da área, a oferta de postos de trabalho e a participação de movimentos associativos são forças estabelecidas de pressão política que impulsionam as discussões da educação social como profissão.

A área da Educação Social depende da construção de um referencial teórico suficiente para atender uma proposta curricular de formação de educador social articulado a critérios de profissionalização.

Com isso a Pedagogia Social, que é o campo teórico de conhecimento da Educação Social como formação e trabalho é compelida a oferecer o suporte a uma sólida qualificação profissional. Pedagogia Social é a ciência da educação cujo objeto de estudo é a Educação Social. É necessário desvelar por meio da pesquisa como se construíram e se reconstróem as boas práticas, apropriar-se dos saberes construídos na ação. Também é necessário investigar novas demandas socioeducativas.

Formar e profissionalizar os trabalhadores que atuam na Educação Social, visando a implementação de práticas comprometidas com objetivos éticos e sociais de democracia e inclusão social ainda é um desafio. Educação Social é necessária em uma sociedade democrática.

O projeto de lei, PL5346/2009, em tramitação, na Câmara Federal dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadoras social e dá outras providências.

No dia 16/05/2012, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público foi aprovado o requerimento para a realização de audiência pública para debater o PL.

Esse projeto encaminhado a partir da proposta da Associação de Educadores Sociais possibilita a organização e estruturação da área. Expressa uma compreensão limitada e menos abrangente do que a defendida pela Associação Brasileira de Pedagogia Social, ABRAPSocial em relação a área, que espera-se que seja ampliada na audiência pública. Restringe a área de atuação a contextos educativos fora dos âmbitos escolares, apesar de elencar ações que podem ser desenvolvidas na escola e fora dela. O Projeto de Lei também não especifica os diferentes níveis de formação a que se refere, remetendo ao Ministério de Educação a responsabilidade. Com isso não se define a formação e titularidade correspondente na educação superior

A formação mínima exigida para a profissão de educadores sociais proposta no PL5346/2009 é a de nível médio em curso técnico. Neste momento assumir o nível técnico como base inicial da formação foi uma opção estratégica por se reconhecer a necessidade de qualificar, em serviço, trabalhadores de projetos, muitos dos quais sem formação básica para o acesso a cursos de nível superior. Atingir este nível de formação é um avanço para grande parte dos atuantes em ações socioeducativas.

CONCLUINDO...

Apesar de estar em tramitação o projeto que já estabelece um contorno da área muitas questões precisam ser aprofundadas, entre elas a abrangência da área para estreitar os laços com as especificidades socioeducativas. Existem questões importantes a serem discutidas em relação a profissão e formação do educador social e à Pedagogia Social como campo de conhecimento. Essa reflexão se faz necessária em relação a todas as possibilidades da educação social dirigidas à família, à escola, à comunidade ou à sociedade me geral.

A qualificação profissional é indispensável para o processo de profissionalização já que "... oferta una

formación en torno al supuesto de que los futuros profesionales han de adquirir un conocimiento especializado – uno de los requisitos fundamentales que caracteriza toda profesión – orientado ao domínio de competências generales y específicas com lãs que el educador social va a actuar en sus lugares de trabajo", como afirmam Sáez e G. Molina (2006, p.113).

É difícil estabelecer uma demarcação de fronteiras entre pedagogia social, educação sócio-comunitária, educação comunitária, educação popular, educação do campo, e tantas outras especificidades da Educação Social. Há relações, contradições e aproximações de práticas, de grupos atendidos, de setores sociais prioritários, de concepções. O mesmo ocorre em países onde a área é regulamentada. Trilla(1999, p. 129) refere-se à difícil, quase impossível tarefa de estabelecer fronteiras entre educação especializada, educação de adultos e animação sociocultural na Espanha "...proviene del hecho de que estas tres cosas definen sus especificidades respectivas a partir de criterios diferentes. Las tres cosas existían por separado antes de la instauración de la diplomatura de educación Social y, por tanto, cada una disfrutaba de sus propias tradiciones y definición".

Entretanto, neste momento de avanços na área de Educação Social no país se faz necessário um esforço conjunto de superação das fragmentações relacionadas à área, que implica em integrar para não fragmentar. Saez (2003, p.59) alerta sobre o risco de não se consolidar a profissão pela dispersão de educadores sociais nos diferentes espaços de trabalho:

El nivel de profesionalismo en la profesión de educador social se encuentra entre los dos extremos del péndulo y de los movimientos dialécticos que este realiza: asentarse en la dispersión o encontrar su lugar en el territorio de las profesiones que acabam reconocidas en el entorno social y cultural en el que se mueve porque ayudan a mantenerlo vivo y activo.

Construir uma base ampla de pesquisa, formar redes de trocas e intercâmbios para fortalecer o campo teórico que ainda é precário ou seja ampliar as pesquisa na área, consolidar o debate político, respeitar as especificidades e superar fragmentações se constitui no desafio para avançar nas articulações e manter

abertos canais contínuos de comunicação e de diálogo entre as especificidades da educação social.

REFERÊNCIAS

ABRAPSocial. Proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 5346/2009, de autoria do Deputado Federal Chico Lopes (PCdoB/CE).

BRASIL, Câmara Federal, Projeto de Lei Nº 5346/2009 que dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadoras social e dá outras providências, Brasília, 2009

CABALLO V., Ma. B.; GRADAÍLLE P., R. La educación social como práctica mediadora en las relaciones escuela-comunidad local. In: SIPS, Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social, nº15, mar. 2008. p.45-56

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986

MACHADO, E. M. Pedagogia Social no Brasil. Questões atuais. In: ENS, R. T.; BEHRENS, M. A. Políticas de formação do professor: caminhos e perspectivas. Curitiba, Champagnat, 2011. p.97-116

MOLINA, J. De nuevo la Educación Social. Madrid, Dykinson, 2003

NUNEZ, V. Participación y Educación Social. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C.; MOURA, R. A (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo; Expressão e Arte, 2009

PARCERISA A., A. Educación social em y com la institución escolar. In: SIPS, Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social, nº15, mar. 2008. p.15-28.

SAEZ, J. Cambiando concepciones en la construcción de la Pedagogía Social: de la formación y profesionalización de los educadores sociales. In: MOLINA, J. De nuevo la Educación Social. Madrid, Dykinson, 2003 p. 41- 65.

SÁEZ, J. ; G. MOLINA, J. Pedagogía Social: pensar La Educación Social como profesión. Madrid, Alianza Editorial, 2006.

TRILLA, J. L' "Aire de Família" de la pedagogia social". Temps d' Educació, 15, 1996, 39-57.

TRILLA, J. Animació Sociocultural i Educació Social. In: FULLANA (coord.). Els àmbits de treball de l'educador social. Màlaga, Aljibe. p.129-138.

TRILLA, J. O universo da Educação Social. In: ROMANS, M.; PETRUS, A. TRILLA, J. Profissão: Educador Social. Porto Alegre, Artmed, 2003. p.13-46